

# HISTÓRICO



## 1 PERFIL INSTITUCIONAL DA UNIFESSPA

### 1.1 Breve histórico

A construção da universidade no sul e sudeste paraense se inicia a partir do Campus Avançado da Universidade de São Paulo (CAUSP) instalado na cidade de Marabá no ano de 1971, por iniciativa do Projeto Rondon, cuja ideia era desenvolver pesquisas sobre a Amazônia por professores e alunos da USP (Universidade de São Paulo).

O Projeto Rondon foi concebido a partir de um seminário promovido pela Escola de Comando do Estado – Maior do Exército (ECEME) em conjunto com a Universidade do Estado da Guanabara – atualmente Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – no ano de 1966, com o intuito de discutir os problemas educacionais do país. Desse evento se originou o referido projeto que objetivava levar os estudantes universitários para as regiões mais distantes do centro político-econômico do Brasil, especialmente a Amazônia. O projeto piloto foi realizado em Rondônia, em 1967, estendendo-se nos anos subsequentes para outros pontos do território nacional (FREIBERGER, 2017).

Com o sucesso do projeto se criou os *campi* avançados em 1969 em Roraima e Amazonas, cuja finalidade consistia em “interiorizar de forma duradoura o universitário e as universidades, já que um campus do Projeto Rondon deveria funcionar como posto permanente das instituições de ensino superior junto às populações do interior” (AMATO, 2015, p. 78 *apud* FREIBERGER, p. 6, 2017).

No caso específico do campus avançado de Marabá, ele corresponderia à uma “área prioritária do Governo Federal e considerada como polo de desenvolvimento” (BRASIL, 1980), cuja influência incidiria sobre Itupiranga, Jacundá, São João do Araguaia e Tucuruí.

Nesse contexto, o referido campus avançado pretendia promover o desenvolvimento socioeconômico da região mediante política de desenvolvimento, promoção comunitária e assistência às municipalidades (MATTOS, 2003), e para esse fim, estabelece estratégias de ação nas áreas da saúde, sócioeconomia, agropecuária e educação, salientado que nesse último pretendia-se realizar capacitação profissional, treinamento de professores para alfabetização e levantamento das condições culturais, administrativas e pedagógicas das escolas (BRASIL, 1980).

O campus avançado de Marabá passou a funcionar com uma estrutura própria em 1982, em um terreno de 52.000 m<sup>2</sup>, apresentando reserva de mata preservada, biblioteca, laboratório de análises clínicas, refeitório, cozinha, lavanderia, alojamentos, depósitos, hortas e pomar (MATTOS, 2003). Esse espaço foi cedido à Ufpa em 1988 quando se findaram as atividades do campus avançado, correspondendo hoje ao campus II da Unifesspa em Marabá.

A Ufpa, por sua vez, começou atuar em Marabá no ano de 1987, com a implantação de um campus universitário no município, correspondendo à uma ação do Programa de Interiorização da Ufpa, criado pela Resolução nº 1.355 de 03 de fevereiro de 1986, com a intenção de ampliar a área de atuação geográfica da IES no estado do Pará, alçando inicialmente qualificar professores da rede pública, nas diversas áreas de ensino, tendo em vista que grande parte dos profissionais relacionados à educação no interior do estado não possuíam formação específica, por esse motivo os primeiros cursos foram de licenciatura em regime intervalar, ou seja, somente no período de férias escolares, a saber: Letras, Matemática, Pedagogia, História e Geografia.

A partir de 1992 a Ufpa implanta os primeiros cursos regulares nos campi do interior, em Marabá especificamente se implementam os cursos de Pedagogia, Direito, Matemática, Letras, Ciências Sociais, Agronomia, Sistemas de Informação, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas e Meio Ambiental, Geologia, Licenciatura em Química e Ciências Naturais.

É importante salientar que a região do sul e sudeste paraense em seu processo de formação é marcada pelo conflito em torno dos recursos existentes.

Especialmente a partir da década de 1920 as áreas antes coletivas e ocupadas por indígenas começam a serem expropriadas pela elite oligárquica que se estruturou com a o comércio da Castanha-do-Pará, produto que se tornou bastante valorizado no mercado internacional europeu e norte-americano, concorrendo para que essa elite se apropriasse privadamente dos territórios indígenas.

Essa monopolização do território pela elite agrária ligada à economia extrativista da castanha começa a ser relativizada pelo capital internacional em 1960, que articulado com a política do governo federal de “modernização da Amazônia”, começa se apropriar de parte dos territórios regional para a prática da agropecuária, da extração madeireira e da mineração.

Para que esses novos agentes atrelados ao capital estrangeiro se territorializassem, o Estado federalizou cem quilômetros de cada margem das rodovias como meio de enfraquecer as elites regionais; concedeu incentivos fiscais e creditícios às empresas; criou políticas de incentivo à migração para trabalhadores de outras regiões brasileiras que posteriormente foram incorporados nos grandes projetos; e criou “polos de crescimentos” agropecuários e minerais.

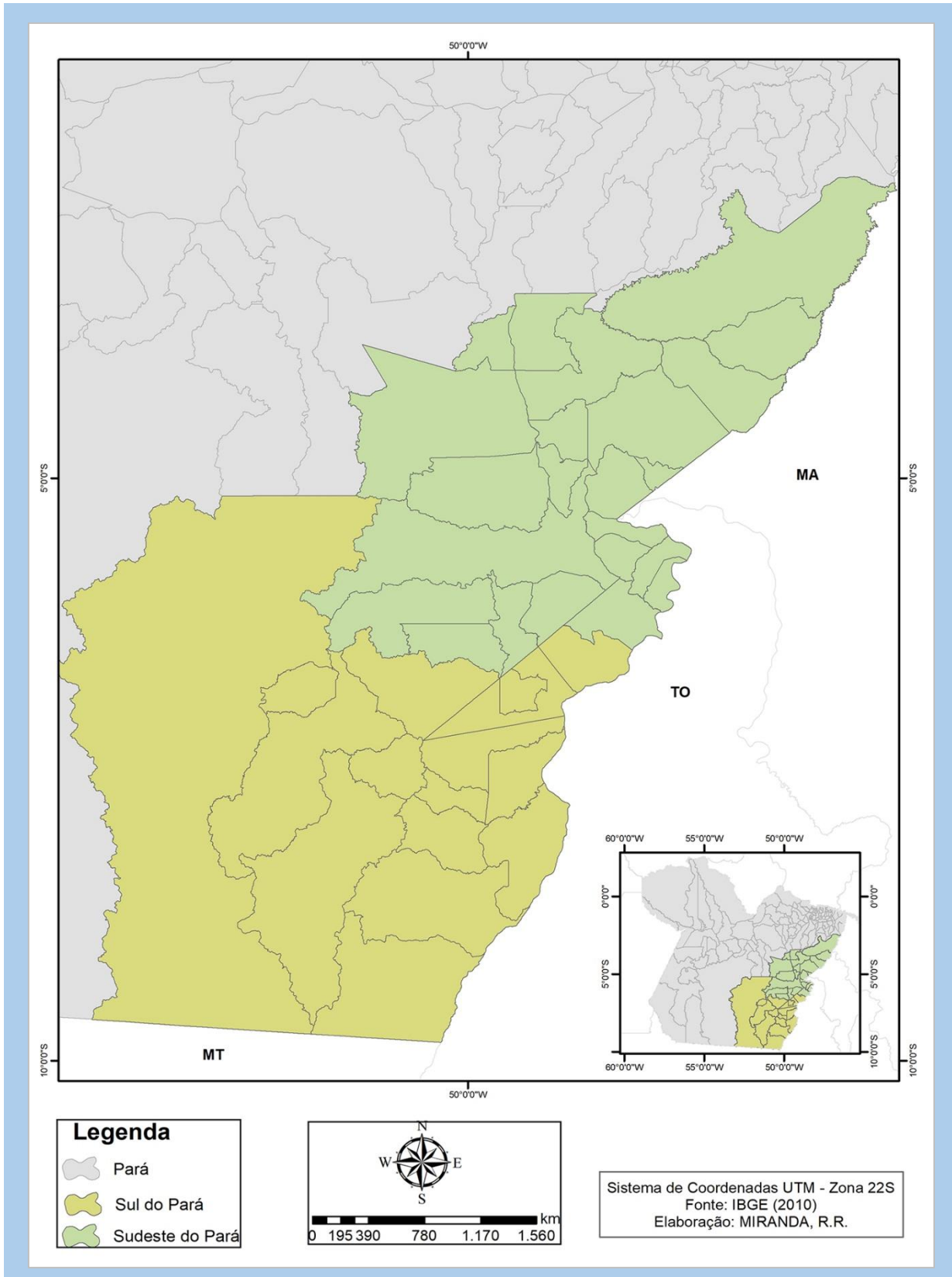
A consequência foi o aumento do contingente populacional nas cidades amazônicas, sendo Marabá um dos principais polos de atração de pessoas no sudeste paraense, promovendo uma elevação das desigualdades socioespaciais, pois as ações citadas acima não foram acompanhadas de políticas sociais que assegurassem a inserção dos sujeitos de maneira adequada, ao contrário, muitos acabaram sendo expulsos de seus territórios para dar lugar aos grandes empreendimentos.

O resultado desse processo foi o acirramento dos conflitos territoriais envolvendo a elite agrária regional; empresas atreladas a exploração madeireira, a agropecuária e a mineração; indígenas; posseiros; ribeirinhos; quebradeiras de coco babaçu; dentre outros. Esses sujeitos disputam o território em suas múltiplas dimensões, seja ela material (terra, água e floresta) seja imaterial (cultural-simbólica).

A universidade entra nesse contexto de disputas em torno do território, pois surgem nesse período diversos movimentos sociais e sindicais que reivindicam seu direito a um processo formativo de qualidade, público e gratuito. Logo, muitos dos cursos que são propostos no âmbito da Ufpa são provenientes das reivindicações desses movimentos que ambicionavam formar sujeitos críticos, valorizando a realidade regional e os conhecimentos tradicionais, além de sanar o grave problema de baixa escolaridade dos professores.

A Ufpa amplia o seu número de cursos e de servidores públicos com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), que garantiu o aprofundamento e consolidação da interiorização da IES, particularmente no sul e sudeste paraense (ver Mapa 1). Esse mesmo programa possibilitou a criação da UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), criada pela Lei nº 12.824 de 06 de junho de 2013.

**Mapa 1 – Sul e Sudeste do Pará em 2018**

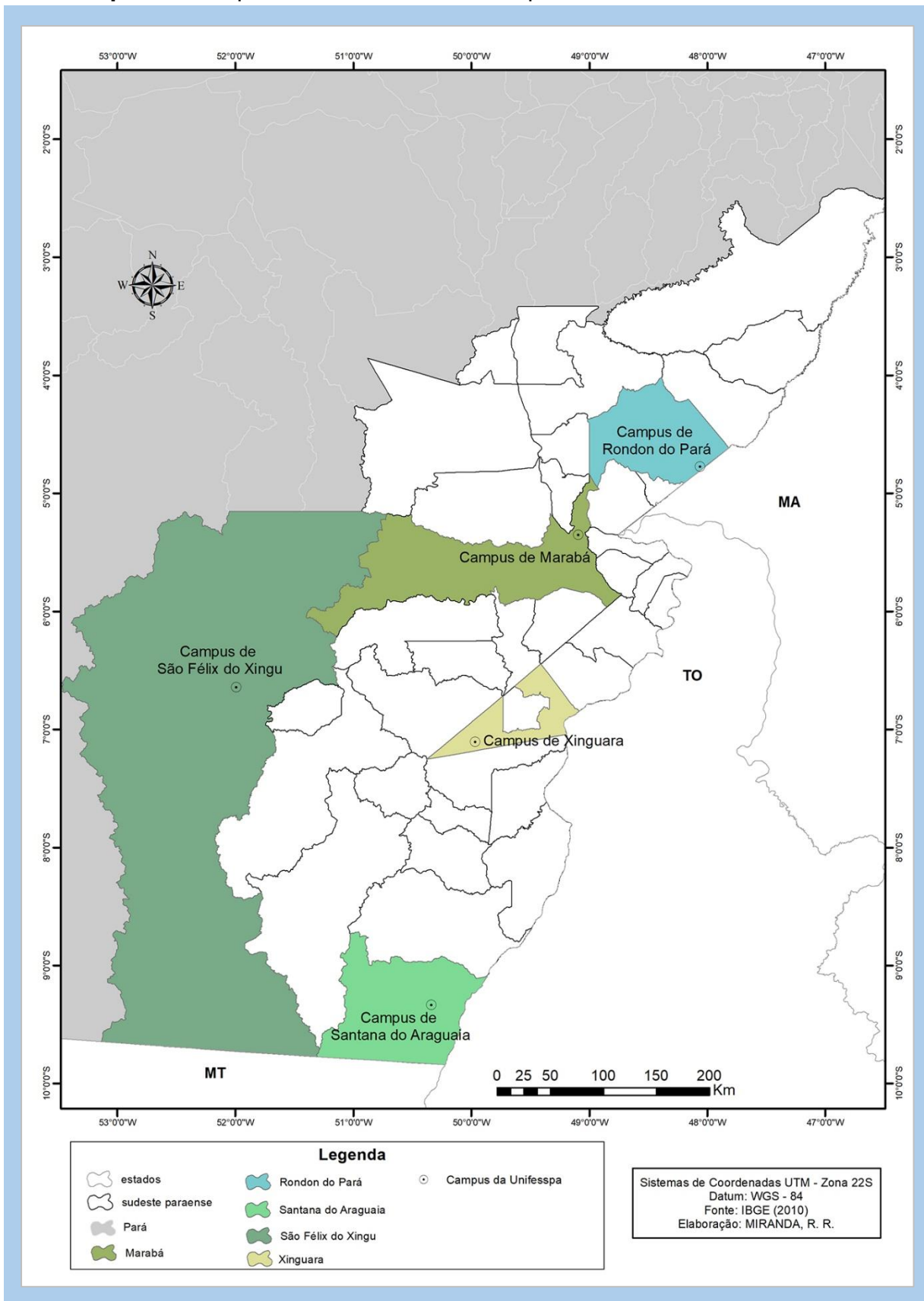


Fonte: IBGE (2010).

A partir de uma estrutura mínima herdada do período de *campus* universitário da Ufpa (Unidade I e II), sediado na cidade Marabá, a Unifesspa se estabelece por meio de uma perspectiva multicampi, possuindo uma estrutura espacial dispersa no contexto regional do sul e sudeste do Pará, o que, por sua vez, dá sentido a uma inserção regional a partir dos seguintes espaços de atuação: a) *Campus* Marabá, unidade-sede; b) *Campus* de Rondon do Pará, sede do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA); c) *Campus* de Xinguara, sede do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (Ietu); d) *Campus* de Santana Araguaia, sede do Instituto de Engenharia do Araguaia (IEX); e) *Campus* de São Félix do Xingu, sede do Instituto de Estudos do Xingu (IEX) – ver mapa 2-.

Muitos dos cursos acabam incorporando em seus projetos políticos pedagógicos demandas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais provenientes do contexto regional particular discutido anteriormente, a exemplo da questão agrária, problemas ambientais provenientes dos grandes projetos, política populacional, emprego e renda etc., com o intuito de diminuir as desigualdades regionais em suas mais diversas formas.

**Mapa 2 – Campi universitários da Unifesspa no Sul e Sudeste do Pará**



Fonte: IBGE (2010).

## *1.2 Inserção regional*

Com a criação e implantação da Unifesspa ficou definida a área de influência da nova Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) e caracterizada a sua inserção regional mediante atuação multicampi.

Em decorrência da espacialização em pontos estratégicos dos campus da IES, ambiciona-se intervir na realidade do sul e sudeste do Pará com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação que possibilitem a formação de um quadro de profissionais que apresentem qualidade, eficiência e criticidade no desenvolvimento de suas atividades.

A sub-região do sul e sudeste do Pará destaca-se no cenário socioeconômico nacional pela forte produção agropecuária e mineral.

Seu Produto Interno Bruto (PIB) correspondeu, em 2016, à R\$45.820.432,00, compreendendo a 33,18% do PIB estadual que foi de R\$ 138.068.008,00.

O Valor Adicionado Bruto (VAB) relativo à agropecuária foi, em 2016, de R\$5.673.983,00, que em termos percentuais equivale a 33% do VAB do Pará (R\$17.167.980,00). Já o VAB correspondente a indústria apresentou o valor de R\$18.108.074,00 que representa 57,44% do VAB estadual (R\$31.519.925,00). Salienta-se que a indústria no sul e sudeste paraense está relacionada principalmente a atividade mineral (IBGE, 2017).

Dos 97.012 estabelecimentos agropecuários existentes no Pará, 51.750 (53,34%) localizam-se no sul e sudeste do estado. Com relação ao efetivo bovino estadual, esse corresponde a 15.298.613 cabeças, dentre as quais 10.480.346 cabeças (68,50%) encontram-se na sub-região em destaque (CENSO AGROPECUÁRIO, 2018).

A carne bovina é exportada principalmente para Hong Kong, Rússia, Egito, Israel e Cingapura, destacando-se nessa comercialização os municípios de Marabá, Xinguara, Água Azul do Norte, Santana do Araguaia, Tucumã, Rio Maria, Redenção, São Félix do Xingu e São Geraldo do Araguaia (ANM, 2018).

A produção mineral paraense (ouro, prata, cobre, ferro, manganês, estanho, bauxita, níquel e tungstênio), no ano de 2016, chegou ao patamar de 363.546.402,9 toneladas, sobressaindo-se a exploração existente no sul e sudeste do Pará, com 330.129.936,7 toneladas (90,80%). Dentre os minérios de maior produção se destaca o ferro com 159.919.774,7 toneladas, correspondendo a 48,44 % do que é extraído



do subsolo sub-regional, cujos municípios de maior expressão são Parauapebas, Marabá, Paragominas, Canaã dos Carajás, Curionópolis e São Félix do Xingu (ANM, 2018).

Os principais destinos da produção mineral, especialmente o ferro, são a China, a Malásia e a Alemanha. E os municípios de origem são Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá (ANM, 2018).

Para além dessas atividades articuladas diretamente ao capital financeiro, por se tratarem de *commodities*, existe uma diversidade de sujeitos que vivem da pesca, do extrativismo, da agricultura etc., como quebradeiras de coco -babaçu, ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares.

As quebradeiras de coco -babaçu estão presentes principalmente em São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Palestina do Pará e Brejo Grande do Araguaia. São geralmente mulheres que coletam o coco para fabricarem óleo, sabão e farinha, também desenvolvem atividades como agricultura, artesanato, etc.

Os ribeirinhos se utilizam do rio Tocantins e Itacaiúnas para retirarem seu sustento diário, comercializando o pescado nas feiras ou vendendo para atravessadores. O pescado também é praticado em projetos de assentamentos em reservatórios. De acordo com o censo agropecuário de 2017 o sudeste paraense teve uma produção de 4.645 toneladas de pescado.

Com relação aos indígenas se observa que existe atualmente um contingente populacional de 2.599 índios residindo na zona rural e 698 morando na área urbana. Na porção rural há cinco Terras Indígenas (TI) regularizadas, a saber: TI Mae Maria, do povo Gavião (município de Bom Jesus do Tocantins), que se subdivide em 12 aldeias; TI XiKrin do Cateté, do povo Kayapó (localizada nos municípios de Parauapebas e Marabá), que se subdivide em três aldeias; TI Sororó, do povo Aikewara-Suru (localizada nos municípios São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá), que se subdivide em seis aldeias; TI Parakanã, do povo Parakanã (localizada nos municípios Itupiranga e Novo Repartimento), que se subdivide em 16 aldeias; TI Nova Jacundá, do povo Guarani M'bya (localizada no município de Rondon do Pará), que apresenta uma única aldeia. Já na porção urbana é possível contabilizar indígenas nas cidades de Brejo Grande do Araguaia (8), Canaã dos Carajás (52), Curionópolis (2), Itupiranga (38), Marabá (388), Nova Ipixuna (16), Palestina do Pará (4), Parauapebas (122), Piçarra (1), São Domingos do Araguaia

(13), São Geraldo do Araguaia (12), São João do Araguaia (1), Bom Jesus do Tocantins (6) e Eldorado dos Carajás (35). (COSTA MALHEIRO, 2019)

A agricultura familiar hoje se materializa nos 514 Projetos de Assentamentos (PAs), que possuem a capacidade de abrigar 93.696 famílias, ocupando uma área de 4.282.244,54 hectares (aproximadamente 42.822 quilômetros). (INCRA, 2019)

Os assentamentos são responsáveis pela produção da lavoura permanente, onde destaca-se o cultivo de açaí, acerola, banana, cacau, caju, coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, manga, maracujá, pimenta-do-reino, tangerina, urucum, cupuaçu, dentre outros, ocupando uma área de 30.327 hectares, que correspondeu a 39.340 toneladas no ano de 2017, sabendo que o coco-da-baía foi na proporção de 394 mil frutos. Com relação a lavoura temporária se destaca o abacaxi com 68.708 frutos, a abóbora, o amendoim, o arroz, a cana-de-açúcar, a fava, o feijão, a mandioca e a melancia que somaram 111.493 toneladas em 2017. Sublinha-se que o milho cultivado foi na margem de 1.254.625 toneladas, isso porque é desenvolvido pelos pequenos produtores rurais e por fazendeiros. Esses últimos igualmente se sobressaem na produção da soja que foi de 908.680 toneladas, produzida principalmente nos municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Ulianópolis, Rondon do Pará, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Redenção e Conceição do Araguaia (CENSO AGRAOPECUÁRIO, 2018).

Face esse desempenho econômico, o índice de Gini de renda do sul e sudeste do Pará corresponde a 0,55 indicando uma significativa desigualdade social, a qual é representada por 15% de sua população considerada extremamente pobre, apresentando uma renda per capita média de R\$ 26,10; 32,28% definidos enquanto pobres, com uma renda per capita média de R\$ 69,89; e 58% enquadrados enquanto vulneráveis à pobreza, com uma renda per capita média de R\$ 127,34 (IPEA, 2011).

Com relação ao mercado de trabalho, considerando a faixa etária de 18 anos ou mais, 26,16% são autônomos; 35,54% estão empregados no setor agropecuário; 12,98% estão ocupados no setor de comércio; 7,17% estão no setor de construção; 1,61 % estão ocupados no setor extrativo mineral; 29,92% encontram-se no setor de serviços; e 6,23% estão na indústria de transformação. Esses trabalhadores apresentam um rendimento médio de R\$ 830,00 (IPEA, 2011).

No que se refere a educação há um baixo rendimento escolar, visto que apresenta um percentual de 29,3% de pessoas analfabetas com idade de 14 a 17

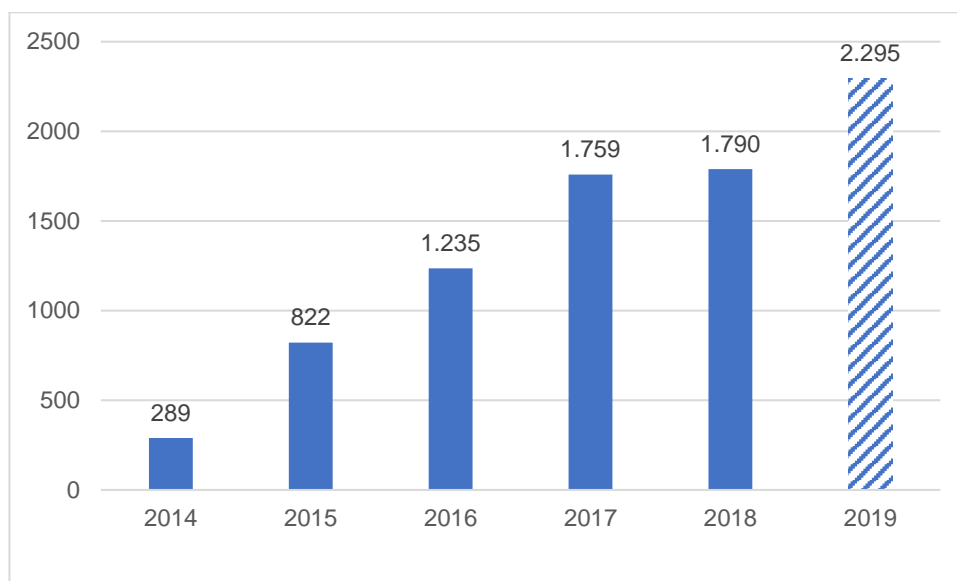
anos, superando o percentual do estado do Pará que é de 24,6%. A taxa de analfabetismo entre jovens de 18 anos ou mais é de 18,82% e entre a faixa de 25 anos ou mais é de 22,78%. Já os indivíduos com 18 anos ou mais com ensino médio completo é de 18,91%, enquanto aqueles com 25 anos ou mais com ensino médio completo é de 17,30%, na mesma faixa etária com ensino superior completo é na proporção de 3,27% (IPEA, 2011).

Em suma, a realidade do sul e sudeste do Pará apresenta um alto potencial econômico e uma diversidade sociocultural que precisa ser considerada nas políticas públicas nas esferas municipais, estadual e federal. Isso porque a sub-região em destaque igualmente manifesta um conjunto de problemas socioeconômicos e ambientais, pois as atividades agropecuárias e minerais possuem um forte impacto na dinâmica da natureza, como desmatamento, poluição dos rios, degradação dos solos, etc.

Com o intuito de contribuir ao desenvolvimento regional e garantir a inserção social de maneira mais equânime e qualificada a Unifesspa vem produzindo diversas parcerias com instituições públicas e privadas, bem como vem ampliando gradativamente seus cursos, objetivando discutir esses problemas regionais, porém sem deixar de considerar outras escalas de ação, como a nacional e a internacional, visto que há um forte processo de internacionalização da economia, na qual a Amazônia se torna alvo de diversos projetos de infraestrutura (portos, hidrovias, ferrovias, rodovias e infovias) que ambicionam tornar seu espaço mais eficiente do ponto de vista da produção e da circulação, mas que provocam sérias transformações em sua realidade.

Nesse contexto, observa-se que atualmente a IES apresenta 42 cursos de graduação distribuídos em seus campuses. Desde sua criação em 2013 vem formando diversos profissionais que atuam em várias áreas, como humanas, naturais, engenharias, direito, etc. A figura a seguir retrata a evolução dos discentes diplomados/formados pela Unifesspa, nesse sentido, entre os anos de 2014 e 2018 obteve 1.790 alunos egressos, com projeção de alcançar 2.295 no ano de 2019.

**Figura 1** - Série histórica dos egressos na Unifesspa e sua projeção para 2019



Fonte: CRCA/Unifesspa.

Muitos desses discentes se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e/ou representam grupos sociais que precisam de políticas públicas específicas que garantam melhorias socioeconômicas. Nesse contexto a Unifesspa cumpre seu papel pois garante cotas para alunos que vieram de escolas públicas e com baixa renda familiar, além de negros, indígenas e quilombolas. Na tabela abaixo evidencia-se um aumento considerável de discentes que vieram de escolas públicas e/ou possuem baixa renda, além daqueles que se enquadram no critério de cor ou são quilombolas, visto que em 2014 somavam 258 e no ano de 2019 totalizam 1.550. Considerando a cota por raça, no mesmo período de tempo, há uma elevação dos discentes de 419 para 792.

**Tabela** - Evolução número de discentes por cota e/ou raça.

Fonte: CRCA/Unifesspa.

<b>Cota</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Escola e renda	51	67	93	108	125	129
Escola e cor	108	200	302	411	544	628
Escola, cor e renda	99	195	327	453	589	684
Quilombola	-	-	26	50	93	109
<b>Raça</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Indígena	23	39	67	77	98	108
Negro	396	378	471	478	615	684

No âmbito da pós-graduação existem atualmente 13 cursos *stricto sensu*, sendo que os mais antigos resultaram na diplomação de 78 pós-graduandos até o ano de 2018, com projeção de formação de mais 26 em 2019.

Esses dados sumários indicam a importância da Unifesspa, bem como de outras universidades que mantêm seu caráter qualitativo, gratuito e público no que se refere a formação de profissionais críticos, inovadores e que auxiliam na construção de um desenvolvimento regional, seja diminuindo a taxa de analfabetismo, seja na construção de políticas sociais, econômicas e ambientais que reduzam as desigualdades existentes na realidade.

## Referências

ANM. Agência Nacional de Mineração. **Anuário Mineral Estadual Pará**. 2018. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/anuario-mineral-estadual/para>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BRASIL. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília, MEC/DDD, 1980.

COSTA MALHEIRO, Tatiane de Cássia da Costa Malheiro. **(Etni)Cidade indígena na Amazônia**: por uma geografia do contato interétnico. 283f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2019.

INCRA. **Informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária**. 2019. Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

IPEA. **Estatística espacial do Ipea**. 2011. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ipeageo/index.html>> Acesso em: 17 ago. 2018.

FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. Integrar para não entregar?: a atuação das juventudes no Projeto Rondon (1967-1969). In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**, 2017.

MATTOS, Maria Virgínia B. de. O Campus Avançado da USP em Marabá: apontamentos para sua história. Boletim Técnico n. 2. Organizado por Noé von Atzingen. Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 2003, p. 93-102.